



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/ambiente-e-seguranca/>

Meio ambiente e segurança no Brasil: o caso da Amazônia

Giulia Neiva¹
Marina Kronemberger²

RESUMO: As recentes queimadas em regiões do Brasil como Amazônia e Pantanal são um reflexo do atual momento histórico de crise climática. Desde 2019, quando Bolsonaro assumiu a presidência, a negligência do governo quanto à preservação do meio ambiente vem se intensificando em ritmo acelerado. O atual governo enfraqueceu as agências de proteção ambiental e tem tentado reduzir as restrições de ocupação de áreas protegidas e terras indígenas. No primeiro ano desta gestão o desmatamento teve um aumento em torno de 85% e mantém esse ritmo no segundo ano do governo. A atual crise climática é caracterizada por ser, em primeiro lugar, antropogênica: é originada pelo ser humano e marcada pela predominância de um modelo econômico ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto. Além disso, é relativamente nova: não há um consenso quanto a um ponto de início, porém, os debates tendem a observar maiores consequências a partir da segunda metade do século XX. Por fim, é global: com fenômenos em um país ou região não limitados àquela área, podendo levar a consequências para além das fronteiras.

PALAVRAS-CHAVE: Desmatamento. Crise. Climática

Policy brief on environment and security in Brazil: the case of the Amazon

ABSTRACT: The recent fires in regions of Brazil such as the Amazon and Pantanal are a reflection of the current historical moment of climate crisis. Since 2019, when Bolsonaro assumed the presidency, the government's neglect of environmental preservation has been increasing at a rapid pace. This government “weakened Brazil's environmental agencies and sought to reduce restrictions on protected areas and indigenous lands. Deforestation increased by 85 percent during the first year in office (...) [and] destruction remains at the same pace in the second year of government.” The current climate crisis is characterized by being, in the first place, anthropogenic: it is originated by the human being and marked by the predominance of an “ecologically predatory, socially perverse and politically unjust” economic model. Furthermore, it is relatively new: there is no consensus on a starting point, debates tend to see greater consequences from the second half of the 20th century onwards. Finally, it is global: with phenomena in a country or region not limited to that area, which can lead to consequences beyond borders.

KEYWORDS: Deforestation. Crisis. Climate.



Figura 1: Queimada à beira da BR-364 (Rio Branco-Sena Madureira, Acre).

Fonte: National Geographic, 2019.

Introdução

O caso de localidades como o Pantanal e a Amazônia evidenciam bem a situação na qual desmatamentos e disputas de terra já demonstram que as consequências se aproximam do irreparável. Para expandir ainda mais o agronegócio, os ataques contra comunidades indígenas locais são frequentes e a impunidade daqueles que os cometem é quase sempre certa devido à dificuldade de identificação dos culpados. Como consequência, tais condições podem desempenhar um papel fundamental na formação de conflitos, estimulando disputas inter e intra-estatais sobre recursos ou reforçando o apelo de grupos armados não-estatais, evidenciando a delicada relação entre o clima e questões de segurança.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre o meio ambiente e segurança no Brasil, usando como exemplo os conflitos de terra na região da Amazônia, marcados por disputas entre a população indígena e o setor da agropecuária, o qual recebe



apoio e incentivos por parte do governo, agravando ainda mais a degradação dos biomas brasileiros. Tal análise visa alertar para os riscos colocados sobre a população local da Amazônia, que vem sofrendo com o agravamento dos conflitos, bem como com a intensificação das queimadas na região. O *Policy Brief* apresentará, em primeiro lugar, uma contextualização dos conflitos de terra, identificando o contexto de degradação ambiental no Brasil e seus impactos de segurança. Em seguida, analisará o caso da Amazônia de forma a identificar as ameaças e violações sofridas pela população local. Por fim, faremos algumas recomendações aos tomadores de decisão brasileiros, assim como à sociedade civil e às organizações internacionais a respeito de algumas iniciativas que julgamos necessárias para reduzir o impacto da violência no campo brasileiro e promover mais respeito ao meio ambiente.



*Figura 2: Troncos de árvores derrubados à espera de retirada em área de floresta no Acre.
Fonte: National Geographic, 2019.*

1. Contextualização

Questões de segurança vão muito além de proteção de fronteiras e manutenção das forças armadas. Em especial, é imprescindível pensarmos a relação entre segurança e meio ambiente. Pois, não só há um risco ligado à eclosão de conflitos por recursos, mas também precisamos lembrar que a garantia de um meio ambiente saudável é essencial para nossa sobrevivência.



No Brasil, há uma disputa histórica por terras que se agrava conforme a degradação ambiental se intensifica e o poder público não implementa medidas efetivas para reverter esse cenário. Pelo contrário, o que podemos observar nos últimos anos, especialmente a partir da candidatura de Bolsonaro à presidência em 2018, é a destruição sistemática do meio ambiente. Logo, a violência é frequentemente empregada por grupos criminosos que visam se apropriar de terras públicas e enriquecerem às custas da natureza.

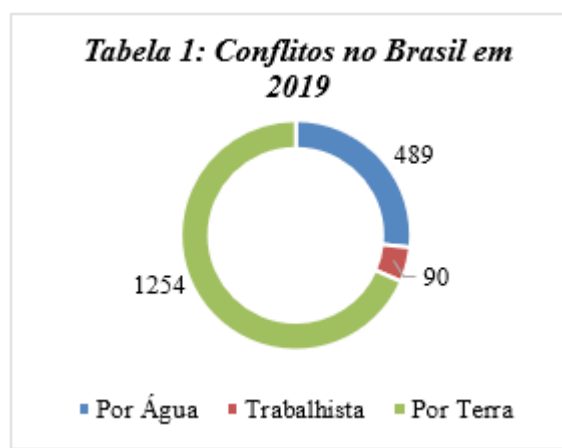


Tabela 1: Quantidade de conflitos por água, trabalho e terra no Brasil em 2019.

Fonte: Conflitos no Campo 2019.

Isto é, conforme mais investidores e grandes corporações do ramo alimentício buscam novas áreas para plantio e criação de gado, aumenta a demanda por terra e consequentemente, seu valor. Logo, “aumentam as disputas territoriais do grande capital agrário com pequenos agricultores, populações tradicionais e sem-terra, o que também eleva a violência no campo” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 46). No ano de 2016, 118 indígenas foram assassinados no Brasil. E no ano seguinte, 207 lideranças em conflitos socioambientais ao redor do mundo, sendo 57 dos assassinatos no Brasil.

Até 2012, no entanto, o Brasil era internacionalmente reconhecido por seus esforços no combate ao desmatamento. O que se deve, em grande parte, às restrições legais impostas sobre o uso da terra e dos recursos naturais por meio da criação de unidades de conservação e ao uso de imagens de satélite para identificar e fechar sítios de extração ilegal de madeira.

Porém, à medida que madeireiros vêm utilizando técnicas de remoção que dificultam a detecção



por satélites e as agências federais de fiscalização vêm sofrendo significativos cortes orçamentários e de recursos humanos, o monitoramento do desmatamento tem se mostrado menos eficiente.

Por outro lado, é importante destacarmos o papel dos povos indígenas no combate à degradação do meio ambiente. Historicamente, o desmatamento é muito menor em território indígena principalmente devido aos alertas que fazem às autoridades sempre que têm suas terras invadidas. Nesse sentido, então, sua contribuição vem ganhando maior importância nos últimos anos já que os órgãos públicos perderam grande parte de sua capacidade de monitoramento.

Contudo, esse papel exercido pelos indígenas acaba os colocando em risco. Pois, ao contrariarem os desejos de madeireiros e exploradores, estes ficam vulneráveis a possíveis ataques e/ou ameaças. O que se agrava em regiões distantes de grandes cidades e delegacias de polícia. Além disso, há pouco esforço por parte do poder público de investigar essas represálias, já que muitas vezes policiais estão envolvidos nessas atividades ilegais ou são cúmplices dessas formas de violência.

Logo, é alimentado um clima de medo sobre os povos indígenas e a população local, uma vez que a violência e a intimidação dos madeireiros continuam sem controle.

Ademais, o governo de Jair Bolsonaro vem fragilizando ainda mais os meios de combate ao desmatamento e à devastação ambiental. Em primeiro lugar, o ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, nomeado pelo presidente no início do mandato e que esteve na pasta até março de 2021, é abertamente contrário aos esforços internacionais sobre mudanças climáticas. Já o também ex-ministro, Ricardo Salles, do Meio Ambiente, considera o aquecimento global um assunto de importância “secundária”, pensamento que o levou a reduzir em “95% o orçamento para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima” (Human Rights Watch, 2019), além de eliminar a Divisão de Mudança do Clima do Ministério. Além disso, houve redução de 23% do orçamento discricionário do Ministério do Meio Ambiente, o que impactou significativamente os esforços de combate e fiscalização dos incêndios na Amazônia. “E em um único dia no mês de fevereiro, 21 dos 27 diretores regionais do Ibama, responsáveis pela aprovação de operações de combate à extração ilegal de madeira, foram exonerados” (Human Rights Watch, 2019).



Foram adotadas ainda medidas que colocam impeditivos ao trabalho dos agentes que continuam trabalhando. Uma delas é a exigência de que os equipamentos e veículos empregados na extração ilegal de madeira não sejam destruídos – como era a prática anterior autorizada pela legislação brasileira – mas sejam mantidos intactos, o que força os agentes a transportar esses maquinários pela floresta, deixando-os vulneráveis a emboscadas arquitetadas por madeireiros que buscam resgatá-los. Além disso, houve o desmantelamento do departamento que coordena as principais operações de combate ao desmatamento, envolvendo tanto as forças armadas, quanto as agências federais.

O processo de aplicação de multas por infrações ligadas ao desmatamento aplicadas pelo Ibama também sofreu diversas mudanças. Além do número de emissão ter caído 38%, em abril de 2019, o governo determinou que “todas as multas ambientais deveriam ser revistas em uma audiência de ‘conciliação’ presidida por alguém externo” (Human Rights Watch, 2019), desvinculado das agências ambientais brasileiras. Com isso, os prazos para pagamento estão suspensos, e podem ser oferecidos descontos ou mesmo a suspensão total das multas. Consequentemente, o Ibama tem sua capacidade de sancionar violações ambientais prejudicada.

Ainda em abril de 2019, “Bolsonaro editou um decreto que extinguiu os comitês e conselhos formados por servidores públicos e representantes de ONGs, que desempenhavam um importante papel na formulação e implementação de políticas públicas ambientais” (Human Rights Watch, 2019). É importante destacar que as organizações não- governamentais (ONGs) têm um importante papel no monitoramento e na denúncia de violações ambientais e o presidente, sabendo dessa informação, frequentemente ataca esses grupos tentando reduzir sua legitimidade.

Em junho de 2019, o governo dissolveu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, fundo administrado pelo Brasil em nome da preservação da floresta amazônica. Quando os maiores investidores do fundo, a Noruega e a Alemanha, se manifestaram contrários às mudanças ambientais promovidas por Bolsonaro, este cometeu mais uma atrocidade contra o meio ambiente e a cooperação internacional em prol do combate às mudanças climáticas.

Nesse sentido, o que vemos hoje com as queimadas se intensificando cada vez mais é um reflexo das políticas anti ambientais do governo, que vem apoiando as indústrias madeireira e



agropecuária e promovendo um desmonte dos órgãos públicos de fiscalização. Relatos de moradores de assentamentos na região amazônica afirmam que antes da eleição de Bolsonaro, o transporte de madeira extraída ilegalmente ocorria somente à noite, mas desde a candidatura, o número de caminhões aumentou significativamente e estes também operam durante o dia.

Tais ações, que se configuram para alguns autores como *“a true act of genocide in silent”* (MACHADO, 2014) ao redor de todo o continente americano, são sustentadas por uma lógica comercial competitiva que promove não só uma violência sistemática de direitos, mas que também culpabiliza e criminaliza aqueles que justamente são vítimas desse extermínio. No Brasil, por exemplo, entre 2004 e 2017, foram propostos 25 Projetos de Lei pela Bancada Ruralista no Congresso Nacional que ameaçam a demarcação de terras quilombolas e indígenas. Entre estes, está a PEC 215, cujo objetivo é transferir a demarcação de terras tradicionais da União para o Congresso, definindo terras indígenas como aquelas ocupadas por índios até a promulgação da Constituição de 1988.

Portanto, uma vez que o governo incentiva a exploração comercial de recursos naturais em terras indígenas, incluindo o garimpo e a agropecuária, a população indígena fica extremamente vulnerável, ameaçando sua existência. Segundo o procurador federal no estado do Pará, Paulo Oliveira, *“O efeito seria uma bomba atômica”* (Human Rights Watch, 2019).

Tal exploração comercial desmedida, entre os anos de 2000 e 2015 - e que segue em crescimento - já resultou em 5.782 regiões em conflito e 602 pessoas assassinadas, reforçando e comprovando essa *“invasão da moderna colonização capitalista do Brasil”* que afeta principalmente localidades como a Amazônia. Isso mostra que as dinâmicas do setor agrário brasileiro perpetuam uma rede de violências e ilegalidades a fins de sustentação de um modelo de acumulação de capital lucrativo endossados por um silêncio político, que na realidade mostra-se ensurdecedor.

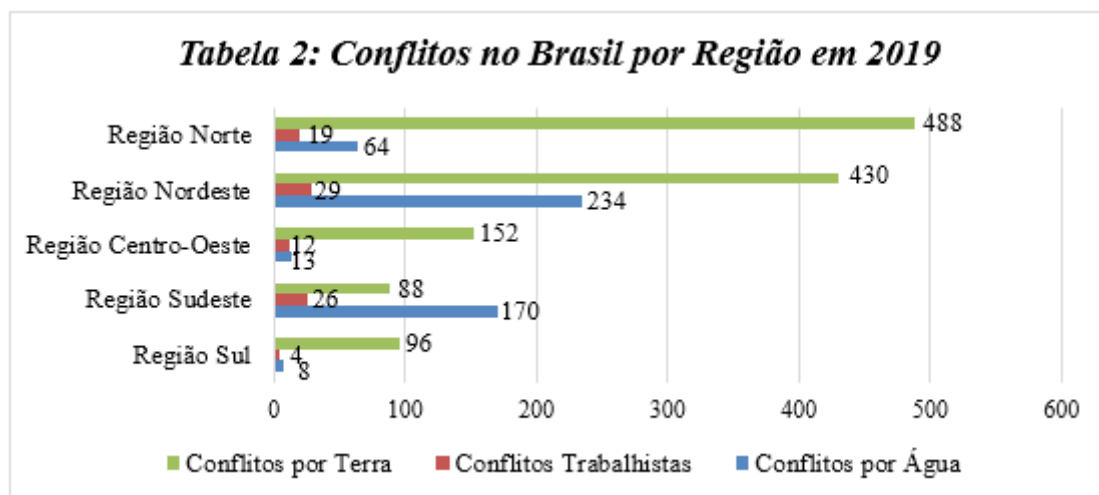


Tabela 2: Quantidade de conflitos por água, trabalho e terra no Brasil em 2019, divididos por região. Fonte: Conflitos no Campo 2019.



*Figura 3: Fogo em Candeiras do Jamari, Rondônia.
Fonte: Greenpeace, 2019.*

2. O caso da Amazônia

Como afirmado na seção anterior, a degradação ambiental em território brasileiro vem se agravando ao longo dos anos e possui como respaldo o descaso do poder público para tal.



Contudo, quando questões ambientais são debatidas, é preciso levar em consideração também que não se trata apenas de biomas que são prejudicados, mas toda uma economia e população local que depende diretamente da agricultura de subsistência realizada nestas regiões. Segundo a Human Rights Watch (2020), os incêndios criminosos que assolam a Amazônia afetam principalmente as populações indígenas locais, que lutam há anos pela preservação da região. A urgência dessa problemática se agravou ainda mais no ano de 2020 devido à pandemia da COVID-19, o que apenas dificulta ainda mais a busca por soluções em um cenário já complexo.

Quadro 1: Perseguição de líderes indígenas

Em março de 2020, um dos líderes da terra indígena Arariboia Zezico Rodrigues, do povo Guajajara, foi assassinado a tiros no município de Arame, no Maranhão. Seu corpo foi encontrado numa estrada que dá acesso ao povoado onde vivem cerca de mil indígenas, a aldeia onde morava, Zutiwa. Além de líder dos Guajajara, Zezico também defendia os direitos do grupo Awá-Guajá, que vive voluntariamente isolado, e foi professor por mais de 20 anos e diretor do Centro de Educação Escolar Indígena Azuru.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), "a situação vivenciada pelo povo Guajajara é trágica e exemplar em relação ao contexto de vulnerabilidade a que muitas comunidades indígenas estão expostas em todo o Brasil – mesmo as que vivem em terras

Diferentemente do afirmado em declarações feitas por autoridades do atual governo, a responsabilidade pelos incêndios florestais com manipulação de fogo tradicional não está nas mãos de produtores e comunidades locais. O fogo de manuseio agropecuário - utilizado pela comunidade regional na agricultura de subsistência - “é caracterizado por incêndios em áreas já desmatadas anteriormente e utilizadas para fins agrícolas” (KLEIN, 2020), diferindo do fogo de desmatamento, o qual é utilizado frequentemente para fins ilegítimos.

Quadro 2: Dia do Fogo

Entre os dias 10 e 11 de agosto de 2019, ocorreu no Pará o “Dia do Fogo”. Na ocasião, produtores rurais da região organizaram um movimento em apoio à destruição das florestas brasileiras por meio de incêndios. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram detectados 1.457 focos de calor no estado, sendo 580 registrados em área de floresta, 534 em Unidades de Conservação e 53 em Terras Indígenas.



Essa culpabilização dos habitantes locais configura-se apenas como uma ameaça infundada, visto que não se sustenta se observado o instrumento de medição de queimadas produzido pela NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço, agência governamental estadunidense), segundo o qual, dos focos de fogo registrados em 2020, 54% apresentam-se como resultados de desmatamento florestal. Vale ressaltar que os números de setembro do ano vigente já ultrapassaram os de 2019, detectando-se “574.000 incêndios ativos, em comparação com 509.000 no mesmo período do ano passado” (GFED), sendo que 88% desse valor é datado de apenas dois meses antes.

Levando em conta tal nível de progressão do desmatamento na região, já existem pesquisadores que afirmam que a situação ambiental na Amazônia pode estar próxima de um momento no qual uma recuperação não seja mais possível. Em um cenário como esse, ao invés de funcionar como um “filtro” para as emissões de carbono, passará a dispersar aquele que conservou, contribuindo para a intensificação das mudanças climáticas. Tal poluição atmosférica representa um grande perigo para a saúde da população e contribui cada vez mais para o aumento do número de casos de internações hospitalares devido a problemas respiratórios.

Segundo dados do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) analisados em parceria com a Human Rights Watch (2020a), no ano de 2019, 2.195 internações puderam ser relacionadas às queimadas, sendo bebês e idosos os mais afetados por tal exposição. É importante destacar também que um outro grupo muito impactado por essa situação são os indígenas, pois além das consequências prejudiciais à saúde também se aplicarem a eles, tal depredação ambiental ocorre frequentemente em suas terras e proximidades, impactando atividades como a caça, a colheita de alimentos, o cultivo de plantas medicinais, entre outros.

Todavia, é preciso ressaltar que o impacto desse cenário vai muito além dos números citados, visto elementos como o acesso restrito a sistemas de saúde na região para uma parcela considerável da população local e a escassez de dados seguros que precisem a quantidade total de pessoas expostas a essa contaminação. Além disso, a pandemia da COVID-19 trouxe mais desafios no que tange ao treinamento, logística e atuação de profissionais para contenção das queimadas. Um agravamento dessa situação se dá ainda quando os indivíduos que já têm problemas respiratórios se tornam mais suscetíveis à contração do vírus, dado o longo percurso



até a unidade de saúde mais próxima.

Dessa forma, o que se apresenta na região amazônica atualmente é uma contínua falha governamental no combate de redes de violência ambiental que perpetuam ações criminosas contra, não só profissionais de proteção ambiental, mas também populações nativas e regionais que são deixadas para lidar sozinhas com a inadimplência da administração atual e a impunidade de tais perpetradores. Por esse motivo, é possível apresentar uma série de recomendações à organismos como o Governo Federal, a União Europeia e a Organização das Nações Unidas (ONU) para que em cooperação contínua trabalhem por uma boa gestão climática coordenada.



Quadro 3: Evangelização

Desde 1987, em meio à elaboração da nova Constituição, os povos indígenas têm garantido o direito ao isolamento. Porém, a eleição de Bolsonaro, a troca da presidência da Funai para o delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier, ligado à bancada ruralista, e a escolha da pastora evangélica Damares Alves como ministra da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, foram alguns dos elementos que incentivaram a disseminação do missionarismo evangélico entre povos indígenas.

Um dos grupos mais presentes em nossas florestas é a Missão Novas Tribos do Brasil, que se vale de doações dos Estados Unidos para disseminar aqui seu estilo de vida. Quando abordam os indígenas, além de transmitir doenças, os missionários condenam a alimentação e os rituais dos povos locais. Além disso, a itinerância – característica desses povos – é prejudicada à medida que o sedentarismo é incentivado e deixa-se consumir alimentos típicos como a mandioca, o milho e o amendoim. Como consequência, algumas aldeias acabam sofrendo com a falta de recursos hídricos e com a fome, pois as rotinas foram deturpadas pelos missionários.

Fonte: Bocado, 2020.

Recomendações

Ao Governo Federal:

- Promover drásticas reduções no desmatamento nos moldes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), de forma a cumprir com as obrigações colocadas pelo Acordo de Paris sobre Mudanças do Clima;
- Reestruturar os órgãos e agências de fiscalização e monitoramento do desmatamento - especialmente o Ibama e o ICMBio -, cumprindo a obrigação de direitos humanos de garantir o direito a um meio ambiente saudável e o direito à saúde, além de mitigar as mudanças climáticas;
- Garantir a segurança e autonomia dos agentes de fiscalização para que possam exercer seu trabalho com eficácia;
- Estimular a interação entre as agências federais e a sociedade civil quanto à proteção do meio ambiente e dos povos indígenas, viabilizando um canal seguro de denúncias quanto à perpetuação da violência e ao desmatamento;
- Levar à Justiça os perpetradores do desmatamento ilegal e da violência contra a população local, criando um plano de ação para combater essas práticas e dismantelar as redes criminosas envolvidas;
- Retomar a demarcação de terras indígenas, como definido pela Constituição brasileira, possibilitando que os povos indígenas tenham seu território definido, além de garantir a remoção de qualquer residente não-indígena dessas terras, bem como o registro do



território indígena junto à Secretaria de Patrimônio da União e evitar florestas públicas sejam destinadas à grilagem;

- Incorporar ao plano de recuperação da pandemia do Covid-19 medidas que promovam a sustentabilidade, como: reduzir os subsídios aos combustíveis fósseis, incentivar a implantação de energia renovável e eficiência energética, promover a resiliência das cidades e mitigar as monoculturas, fomentando métodos alternativos de cultivo que promovam o sequestro de carbono como a agroecologia, o plantio direto, a permacultura e a agricultura regenerativa, além de promover uma reforma agrária que iniba a concentração de terras.

À União Europeia:

- Condicionar a ratificação do acordo com o Mercosul ao cumprimento das responsabilidades ambientais por parte do Brasil. A UE deveria estabelecer parâmetros claros, que abordem os principais problemas da crise na Amazônia: a violência e o desmatamento, bem como o combate à impunidade dos perpetradores de ambos.

À Organização das Nações Unidas:

- Elaborar um conjunto de regras globais que garantam a responsabilização das empresas multinacionais do setor alimentício, prevenindo violações dos direitos humanos e impactos negativos sobre o meio ambiente em suas cadeias de suprimentos;
- Criação de um mecanismo internacional de assessoria jurídica que facilite a denúncia de violações de direitos humanos por parte das vítimas;
- Garantir aos pequenos produtores uma proteção adequada contra os *traders* oligopolistas de *commodities*.

Conclusão

A partir da situação exposta neste artigo, é possível perceber que a situação ambiental crítica na região amazônica não é algo novo e depende de uma organização de esforços conjuntos para se atingir uma solução global. Todavia, o atual governo, que não só insiste na manutenção de uma política de fragilização da fiscalização ambiental e culpabilização de ONGs, nativos e habitantes locais, mas que também garante um ambiente de impunidade de violadores, não parece



preocupado com a presente imagem exportada pelo Brasil frente a essa problemática, e muito menos com o custo ambiental.

Apesar da criação de órgãos para gerenciamento das várias iniciativas de cuidado e proteção ambiental como o Conselho da Amazônia, ainda não foi possível reverter o impacto que vem sendo causado há anos devido ao desmatamento local, e que agora se agrava drasticamente. De acordo com organizações não governamentais como a WWF, a situação vigente apenas ressalta a existência de uma atual “desconexão do Governo dos desafios e oportunidades (também econômicas) que a Amazônia representa” (GORTÁZAR, 2020). Segundo o Greenpeace Brasil (2020), que reforça essa crítica, tal descaso com a conjuntura ambiental corrente apenas reflete como “a resposta do governo federal frente ao aumento do desmatamento tem sido maquiar a realidade, militarizar cada vez mais a proteção ambiental e trabalhar para coibir a atuação da sociedade civil, ferindo a nossa democracia.” (GREENPEACE, 2020).

Contudo, a luta para superar esse cenário impeditivo deve ser mandatória, uma vez que a Amazônia configura-se como um dos maiores e mais importantes biomas do planeta, responsável não só por várias atividades que garantem o equilíbrio climático, mas também funcionado como um recurso hídrico - vista a presença em seu território de 20% da água doce do globo - e lar de uma diversidade cultural e história de variados povos nativos da região. Sendo assim, proteger tal localidade não significa apenas a preservação de todo um ecossistema, mas também representa a garantia de um futuro para as próximas gerações, as quais encontram-se agora obrigadas a lidar com uma problemática com uma data limite cada vez mais próxima. Por esse motivo, a união de esforços em diversas frentes, desde o governo federal até instituições internacionais junto à sociedade civil, evidencia-se como uma aliança tão imprescindível para impedir o que um dia será irreversível.

Bibliografia

A IMPORTÂNCIA das florestas em pé na Amazônia. **IPAM**. Disponível em: <<https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/a-importancia-das-florestas-em-pe/>>. Acesso em 08 dez. 2020.

“O AR é insuportável”: Os impactos das queimadas associadas ao desmatamento da Amazônia



brasileira na saúde. **Human Rights Watch**, 26 ago. 2020a. Disponível em:
<<https://www.hrw.org/pt/report/2020/08/26/376135>>. Acesso em 19 nov. 2020.

AMAZON fire activity in 2020 surpasses 2019. **GFED**. Disponível em:
<<http://globalfiredata.org/pages/2020/09/22/amazon-fire-activity-in-2020-surpasses-2019/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

AMAZON Dashboard. **GFED**. Disponível em: <<https://globalfiredata.org/pages/amazon-dashboard/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL: Queimadas na Amazônia afetam a saúde de milhares de pessoas. **Human Rights Watch**,
26 ago. 2020b. Disponível em:
<<https://www.hrw.org/pt/news/2020/08/26/376141>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRAZIL: Police Killings, Impunity and Attacks on Defenders. Amnesty International submission for
the UN Universal Periodic Review – 27th session of the UPR Working Group, May 2017. **Anistia
Internacional**. Disponível em:
<<https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR1954672016ENGLISH.pdf>>. Acesso
em: 10 out. 2020.

BRUM, Eliane. A miliciarização da Amazônia: como o crime vira lei e o criminoso “cidadão de
bem” na maior floresta tropical do mundo. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva;
SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT
Nacional, 2020. p. 105-14.

CABRAL, Diogo. Não Sejamos Cúmplices! Violência e Impunidade no Campo em 2019. In:
CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.).
Conflitos no Campo: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 172-9.

CANINEU, Maria Laura; GUAJAJARA, Sônia. Como os europeus poderiam nos ajudar a proteger a
Amazônia. **Human Rights Watch**, 31 jul. 2020. Disponível em:
<<https://www.hrw.org/pt/news/2020/07/31/375983>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CANUTO, Antônio et al. Conflitos por Terra em 2019, uma Introdução. In: CANUTO, Antônio; LUZ,
Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo**: Brasil
2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 100-4.

DELAZERI, Ana Maria et al. Por uma outra reforma agrária: Reflexão coletiva da Campanha De
olho aberto para não virar escravo, da Comissão Pastoral da Terra. In: CANUTO, Antônio; LUZ,
Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo**: Brasil
2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 126-34.

DESMATAMENTO na Amazônia é o maior desde 2008, segundo dados do PRODES.
Greenpeace Brasil, 30 nov. 2020. Disponível em:
<<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-na-amazonia-e-o-maior-desde-2008-segundo-dados-do-prodes/>>. Acesso em: 08 dez. 2020.



GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Desmatamento na Amazônia dispara e atinge recorde em 12 anos. **El País**, 30 nov. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-30/desmatamento-na-amazonia-dispara-e-atinge-recorde-em-12-anos.html>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

KLEIN, Letícia; MEDAGLIA, Thiago. Populações tradicionais não são responsáveis por destruição da Amazônia. **National Geographic**, 23 set. 2020. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/09/populacoes-tradicionais-indio-caboclo-queimadas-desmatamento-amazonia>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MACHADO, Flávio V. (Org.). **Brief Report On The Violations Of The Human Rights Of The Indigenous Kaiowá Guarani Peoples In Mato Grosso Do Sul – Brazil**. Mato Grosso do Sul: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2014.

MÁFIAS do Ipê: Como a Violência e a Impunidade Impulsionam o Desmatamento na Amazônia Brasileira. **Human Rights Watch**, 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2019/09/17/333519>>. Acesso em: 19 set. 2020.

MALLEY, Robert. Climate Change Is Shaping the Future of Conflict. **International Crisis Group**, 5 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/global/climate-change-shaping-future-conflict>>. Acesso em: 18 set. 2020.

MCDONALD, Matt. Climate Change and Security: Towards Ecological Security? **International Theory**, v. 10, n. 2, 2018, p.153-180.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Bye Bye Brasil, Aqui Estamos: a Reinvenção da Questão Agrária no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2016. p. 1-240.

SANTOS, Maureen, GLASS, Verena (Orgs). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

FIGURAS

Figura 1: QUEIMADA à beira da BR-364 (Rio Branco-Sena Madureira, Acre). Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/09/fazendeiros-amazonia-incendios-floresta-amazonica-queimadas-paleoecologia?gallery=41308&image=NG_Pimenta_Marcio-10>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Figura 2: TRONCOS de árvores derrubados à espera de retirada em área de floresta no Acre. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/09/fazendeiros-amazonia-incendios-floresta-amazonica-queimadas-paleoecologia?gallery=41308&image=NG_Pimenta_Marcio-10>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Figura 3: FOGO em Candeiras do Jamari, Rondônia, em 2019. Disponível em:



<<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/muita-propaganda-para-pouca-acao/>>.
Acesso em: 30 nov. 2020.

TABELAS

Tabela 1: Conflitos no Brasil em 2019. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

Tabela 2: Conflitos no Brasil por Região em 2019. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

QUADROS

Quadro 1: Perseguição de líderes indígenas: LÍDER indígena é assassinado a tiros no Maranhão. **Deutsche Welle**, 01 abr. 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3aICv>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Quadro 2: Dia do Fogo: DIA do Fogo Completa Um Ano, com Legado de Impunidade. **Greenpeace**, ago. 2020. Disponível em:
<https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com- legado-de-impunidade/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Quadro 3: Evangelização: MERLINO, Tatiana. Missões Evangélicas Avancam na Amazônia e Põem em Risco Povos Indígenas e Tradições Ancestrais. **Bocado**, nov. 2020. Disponível em: <<https://bocado.lat/pt/missoes-evangelicas-avancam-na-amazonia-e-poem-em-risco-povos-indigenas-e-tradicoes-ancestrais/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Recebido em: 20/11/2021

Aceito em: 10/12/2021

1 Giulia Neiva Armentano é graduada em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e graduanda em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: giulianeiva98@gmail.com.

2 Marina Kronemberger dos Santos é graduada em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Email: marinakronemberger@hotmail.com.